

Criar! Lutar! Poder Popular! O anarquismo especificista no Brasil.

Carlos André dos Santos.

Introdução

A emergência de ações coletivas e organizações políticas de cunho libertário da nova esquerda de maio 1968, na contracultura e subculturas, em especial, a associada ao faça você mesmo do movimento punk, nos protestos globais dos anos 1990 e 2000 contra o neoliberalismo e na Grécia e Espanha pós-crise de 2008, são os ciclos de confrontos políticos ao qual o anarquismo ressurgiu, após ter perdido sua visibilidade um pouco antes da II Guerra Mundial.

Nossa reflexão sobre o anarquismo tem como sujeito de pesquisa as organizações políticas que compõem a Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), uma entre outras formas, que o anticapitalismo e antiautoritarismo se apresenta hoje. Diferente de organizações políticas que surgiram durante o ciclo de protestos “antiglobalização” e anteriores como, as de maio de 1968. As organizações que compõem a CAB se identificam com o anarquismo especificista, trazido para o Brasil pela Federação Anarquista do Uruguai e reelaborado nos debates com as organizações anarquistas brasileira reunidas no Fórum do Anarquismo Organizado (FAO).

A comunicação expõe o histórico do especificismo anarquista no Brasil com base na análise de conteúdo de parte dos documentos da organização onde desvela-se sua relação com os movimentos sociais e autônomos conforme o que chamam de construção do Poder Popular.

Anarquismo hoje... por onde anda as rebeldias?

O conceito de anarquismo utilizado o define como um discurso revolucionário, nascido nas experiências das classes subalternas novecentista, que se configura por meio de táticas e estratégias próprias, em prol da ação direta e autogestão, como movimento e projeto de uma sociedade libertária, visando à ruptura com o sistema de dominação política, econômica e cultural.

O anarquismo é “*um fenômeno moderno recente, uma resposta a centralização política e econômica impulsionada pela revolução industrial*” (AVRICH, 1974, p. 3), sobretudo, da experiência prática manifesta em formas organizativas distintas, produzindo um conjunto amplo de experiências envolvendo pessoas, grupos, organizações, sindicatos, conselhos, comunas, publicações, exércitos, escolas, e mobilizações de distintos tipos, redes, insurreições, atentados e revoluções (CORREA, 2012; SCHIMDT, VAN DER WALT, 2009).

A tolerância do anarquismo com a confusão e a improvisação que acompanham a aprendizagem social e a confiança cooperação e reciprocidades espontâneas, (SCOTT, 2013)

não impedem que o anarquismo possua princípios inegociáveis, tais como: não ser possível conceber uma sociedade libertária sob bases desiguais em relação a gênero, etnia e orientação e identidade sexual; o posicionamento anti-imperialista que busca combater, ao mesmo, tempo tanto o imperialismo como a burguesia nacional; o classismo, ou seja, a oposição as classes dominantes; o anticapitalismo combate ao sistema capitalismo e a cultura de consumo; o antiautoritarismo definido pelo combate centralizações do poder materializados no Estado, independente das formas que os governos se apresentem, na burocracia, partidos, vanguardas e etc (SCHIMDT, VAN DER WALT, 2009).

A tríade ação direta, autogestão e federalismo, como processos de tomadas de decisão e dos meios de produção, distribuição e consumo, somam-se as concepções de solidariedade, apoio mútuo, internacionalismo em variadas formas de fazer política por isso à militância anarquista deve ser pensada no presente por um quadro real de enfrentamento às dominações em sua vasta gama de experiências e referenciais sobre o significa ser dominado (IBAÑEZ, 2015).

Nesse sentido, é importante enfatizar como agora que o termo “organização anarquista” está atribuído as organizações que se autodefinem e militam prol da difusão da ideologia anarquista, suas táticas e estratégias revolucionárias. O anarquismo especificista é uma das suas expressões, não a única, das organizações preferem se definir como anarquismo social ou anarquismo de luta de classes, tal como, Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), a Confederación Nacional del Trabajo (Espanha), a Black Rose Anarchist Federation (Estados Unidos), Federação Anarquista de Rosário (Argentina), Alternativa Libertária (França), a Frente Anarco-comunista Zabalaza (Africa do Sul), Consejo Indígena Popular de Oaxaca - Ricardo Flores Magón (CIPO-RFM).

Não só as federações e confederação fazem parte do universo de organizações anarquistas, editoras, jornais, grupos de teatro, organizações políticas e tendenciais que lutam pelas mais diversas bandeiras e em diferentes espaços, que somam-se as formas flexíveis de ação e associação política produzidas por sínteses do anarquismo com as contraculturas e subculturas, em um universo bastante amplo e plural de organizações anarquistas.

O termo organizações libertárias ou/e autônomas está relacionada a militância em organizações que compartilham parcialmente o ideário e repertório antiautoritário e anticapitalistas com o anarquismo, porem são mais amplas, são movimentos sociais, redes de coletivos, tendenciais e frentes de luta que militam por diferentes bandeiras de luta no campo e na cidade.

O termo libertário desde o século XIX e XX foi usado como um sinônimo de organizações anarquista pelas próprias organizações para evitar mal entendidos sobre o

significado de anarquia e como meio de se proteger da repressão Estatal, desassociando a suas organizações das ações de propaganda pelos fatos como justificações, regicídios e desapropriações de bancos reivindicadas por pequenos grupos ou indivíduos que se definiam também como anarquistas.

No entanto, nas últimas décadas há o alargamento do termo que abrange muito mais atores sociais tornando-se um sinônimo de organizações autônomas e movimentos autônomos analisado nos estudos sobre movimentos sociais e de juventude. Liberato (2006) em seu estudo sobre as ações coletivas anticapitalistas juvenis dos anos 1990 e início dos anos 2000, como o Reclaim the Streets, Indymedia e Movimento Passe Livre, associa a definição de movimento autônomo/autonomista a uma juventude que possui afinidades ideológicas com o anticapitalismo e antiestatismo no sentido que Castoriades da autonomia, *a regulação e legislação por si mesmo, em oposição a heteronomia, a regulação e legislação do outro; em suma, a autonomia seria o autogoverno* (LIBERATO, 2006. p. 157).

Nessa *lovelles compound*¹ antiautoritária e anticapitalista onde fica a Cordenação Anarquista Brasileira? Inicialmente, podemos visualizar que em um cenário tão plural onde convivem organizações políticas, movimentos sociais e redes com as mesmas pautas e bandeiras, a CAB, assim como as demais organizações especificistas, delimitam conjunto variado “*performances historicamente estabelecidas ligando reivindicadores a objetos de reivindicação*” (TILLY, 1978 e McADAM, 1983. Op.Cit.TARROW, 2009, p.51) ou seja, seu repertório², segundo pressupostos teóricos e ideológicos próprios, que se materializam na sua concepção de Poder Popular, introduzida no Brasil em meados dos anos 1990, pela Federação Anarquista Uruguaia.

Federação Anarquista Uruguaia e o Poder Popular.

A Federação Anarquista Uruguaia (FAU), fundada em 1956, foi fruto do processo de amadurecimento iniciado a partir da década de 1950 com as greves dirigidas pela Grêmios Solidários e discussões dos comitês pró-Federação Libertária Uruguaia. Luci Fabbri relata que a FAU reuniu *quase tudo que se entendia por movimento anarquista no país, sindicalistas revolucionários, grupos estudantis, organizações de bairro, intelectuais libertários e integrantes de experiências cooperativas comunitárias* (RUGAI, 2012, p 128).

Entre os membros da FAU, estavam militantes libertários que aturam na Revolução Espanhola de 1936-39 que chegaram junto com milhares imigrantes fugindo do franquismo.

1A expressão usada no meio musical alternativo dos anos 1990, pouco tem a ver com sua tradução literal “composição sem amor, seu significado expressa ruído, microfonia (polifonias) e improvisação.

2Charles Tilly definiu como repertório, em uma alusão ao improviso do jazz como “*a maneira através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados*” (TILLY, 1995, p.41 apud TARROW, 2009, p.51), corporificando uma tensão criativa entre inovação e persistência, refletindo suas lógicas instrumentais e expressivas muito diferentes.

Apesar de possuir apenas 500 membros, a FAU construiu uma rede de resistência de 10 mil trabalhadores e uma convenção nacional sindicalista de trabalhadores, que era de 400.000, em 1972. Em 1967, a FAU colocada na ilegalidade vai operar na clandestinidade e na formação de grupos armados, imprensa e difusão de propaganda anarquista, seu braço armado, a Organización Popular Revolucionaria 33 (OPR 33), vai realizar ações bem sucedidas de sabotagem e sequestros de dirigentes patronais (Schimitd, 2012).

Historicamente, a concepção de poder popular está associada aos anos de debate da FAU sobre a derrota anarquista na Guerra Civil Espanhola, com uma participação de militantes que vivenciaram essa experiência revolucionária, algo que entre outras coisas, conforme Rugai (2012) permitiu a FAU identificar que o rechaço puro e simples do poder como um problema. Os anarquistas espanhóis por não terem desenvolvido uma concepção estratégica própria, tiveram que escolher, ou a Ditadura do Proletariado ou colaborar com o Estado republicano, optou-se pelo colaboracionismo com o Estado.

A FAU, segundo Rugai (2012), avalia que no caso espanhol, a desorientação da maioria da CNT e da FAI em meio ao turbilhão da guerra civil, foi consequência da ausência de uma concepção estratégica, de formulação política sobre o poder, e ainda de uma organização política anarquista. A FAI que surgiu posterior a CNT, pela urgência de organizar e responder militarmente a ditadura de Primo de Rivera, na prática, nunca havia se constituído como uma organização política com uma estratégia definida, e como diria os anarquistas espanhóis, não era a cabeça da CNT, mas seus culhões, muito diferente, da Aliança de Bakunin que basicamente foi fomentadora do socialismo libertário após a I Internacional.

A CNT nascida no período do anarquismo quanto ideologia de um movimento de massas, impõem a FAI certas dificuldades para que essa formule uma estratégia política sobre o poder. A CNT tinha seu caráter classista, mas possuía uma pequena presença da pequena burguesia e de intelectuais que pendiam, na sua maioria, para o republicanismo ou para os partidos de influência marxista (PSOE, PCE). E ainda, a FAI fundada em 1927, nove anos antes da guerra civil respondia primordialmente a questões de autodefesa de forma clandestina, o que a impediu de desempenhar um papel mais efetivo de articulação política anarquista com a organização de massa (CNT).

Nesse sentido, na avaliação da FAU conforme Rugai (2012), o que faltou ao anarquismo espanhol foi uma organização política anarquista capaz de fazer tal articulação, com atribuições próprias em relação as estratégias e táticas, independente se levaria o nome de partido, organização, união ou federação. Sinteticamente, para não alongar muito explicação, a FAU delimitou em suas ações a concepção de ação direta em todos os níveis, da organização política (partido anarquista), de massa (sindicatos, comunitárias e et.) e militar

(organização revolucionária), buscando romper com o espontaneísmo e voluntarismo presente em muitas das organizações anarquistas, delimitando estratégias a longo prazo, que eram mutáveis mediante a análise de uma nova situação, ao mesmo tempo, se diferenciava da esquerda reformista por essa dar pouca importância a luta armada e das organizações revolucionárias pela pouca importância que davam a organização de massa.

A FAU, como organização política possui influências de Bakunin e Malatesta, do sindicalismo platense e da Federação Anarquista Ibérica, muito embora, a organização esteja sendo apresentada como criadora da concepção de poder popular, isso não significa que a concepção organizacional de partido anarquista seja uma novidade no anarquismo.

Sublinhamos que os debates entre Bakunin e Marx sobre a I Internacional, consistia em uma defesa do revolucionário russo da Internacional como organização de massas, a sua rejeição a uma linha política e ideológica “oficialista” e de fechamentos segundo preceitos antirreligiosos. Embora, pouco explorada, e muitas vezes deturpada pela esquerda em geral, as concepções organizacionais de Bakunin na Aliança da Democracia Socialista, são bem definidas (BRETHIER, 2011) em relação ao dualismo organizacional, ou seja, a atuação no plano político na organização específica anarquista simultânea ao movimento de massa, presentes em diversos trechos da sua fase anarquista.

A Internacional para Bakunin, nesse sentido, não se limitaria na atuação sindical, a preocupação sindicalismo se limitaria a esfera econômica imediatas e sim uma ampla organização de massas combativa que prepararia os trabalhadores e trabalhadoras para uma revolução das massas, mas, não era, por si só, uma organização revolucionária. No plano político havia a necessidade de uma minoria organizada em um partido que impulsionasse as massas na direção da revolução.

Semelhante a Bakunin, a defesa de uma organização programática e composta por militantes comprometidos ideologicamente com o anarquismo, Errico Malatesta define o partido anarquista semelhante a definição clássica que nos deparamos na ciência política, como um (...) *conjunto dos indivíduos que têm um objetivo em comum e se esforçam para alcançá-lo, é natural que se entendam, unam suas forças, compartilhem o trabalho e tomem todas as medidas adequadas para desempenhar esta tarefa. (...)* (MALATESTA, 2008, p 110).

A organização/partido daqueles que querem contribuir para realizar a anarquia, e que, por consequência, precisam fixar um objetivo a alcançar e um caminho a percorrer (*idem*) do anarquista italiano no debate sobre a plataforma organizacional faz uma crítica exagerada dureza da proposta, aponta não para um partido verticalizado ou centralista, mas para uma expressão prática do anarquismo, um agrupamento militante organizado para um objetivo comum e não associado as disputas eleitorais.

A disciplina, uma exigência para aqueles e aquelas que vão compor o organização/partido é atravessada por uma ótica libertária da responsabilidade com o coletivo e não tem como objetivo formar uma aristocracia militante ou vanguarda dirigente, e sim, estabelecer as atividades de forma regular evitando o individualismo e voluntarismo.

Na FAU a sua elaboração de partido os seguintes delineamentos, *a organização política, do ‘partido’ não pode ser definido (...) em abstrato. Para o poder adotar o fundamento a estrutura organizativa, (...) para eleger eficazmente um fundamento de trabalho (...) a organização especifica parte das aspirações de desejos próprios (...) e da análise e avaliação dos fatos, situações dentro das quais atua (...) supondo o nível bem preciso de definição e ação. (FAU, 170 cit. Rugai 2012, p 157.)*

Sobre os níveis de ação, baseando-se na concepção de ação direta em todos os níveis da FAU, o partido se diferencia da organização de massas (bairrias, sindicais, e etc) e das organizações de tendencia (agrupações). Enquanto, organização especifica dentro da organização de massas, mas sem ser confundida com a mesma, funcionando como influenciadora.

Processo de construção do especificismo no Brasil até a CAB.

No Brasil, o surgimento do anarquismo especificista iniciados entre os anos de 1994 e 1995, com a efetiva participação da FAU em encontros com militantes anarquistas brasileiros interessados em retomar o anarquismo junto aos movimentos das classes subalternas.

Nas cartas de apresentação e documentos de formação as organizações especificas se autoafirmam como influenciadoras da suas concepções de anarquismo *a atuação dos anarquistas na Primeira Internacional, a luta dos Maknovistas durante a Revolução Russa, dos magonistas na Revolução Mexicana e da experiência anarquista na Revolução Espanhola*, além das, raízes no Brasil *estão entre os anos 1890 e as primeiras décadas do século XX (OSL, FARJ, 2012)*. Onde o anarquismo tem como sua maior inserção no movimento operário no sindicalismo revolucionário.

A expressão usual “*a perda do vetor social do anarquismo*” usada pelos anarquistas especificistas descreve o processo nos anos 1930 no Brasil, onde o anarquismo não desaparece, mas perde organicidade dentro das organizações de massa, no caso, o sindicalismo. O fatores determinantes para essa conjuntura, duras ondas de perseguição estatal que levou as prisões, extradição ou a morte parte da militância anarquista e a hegemonização pelo bolcheviquismo e populismo no movimento operário que atrelou os sindicatos aos Estado, muito embora, não serem os únicos para os especificistas.

O sindicalismo apesar de ser um espaço privilegiado de organização para atuação anarquista junto as classes subalternas não bastaria por si, como já alertava José Oiticica que,

ainda na década de 1920, alertava que os anarquistas estavam dando pouca atenção a necessidade de criação de grupos anarquistas e a formação para atuar nos sindicatos, fortes o suficiente para sustentar a prática revolucionária. Após os anos 1930, dando continuidade ao argumento especificista, a grande anarquistas vão se abrigar nas ligas anticlericais, nos centros de cultura, ateneus, escolas, coletivos editoriais e de dramaturgia etc., espaços que apesar de importantes não são suficientes para um inserção social prática que respalde a constituição de um movimento de massa revolucionário.

Apesar da “perda do vetor social”, as experiências de militância anarquista com base nas leituras das primeira fases dos anarquismo não deixou de existir ou deixou de ser perseguido, para não nos prolongarmos no fim da ditadura civil militar o anarquismo passa a ser retomado e despertar o interesse maior das pessoas com o expressivo numero de organizações anarquistas em atuação no meio estudantil, sindical, grupos e círculos de estudos, no meio comunitário e na contracultura anarcopunk.

A troca de experiência da militância anarquista da segunda dos anos 1990, com militantes que os precederam e com a FAU, aproximou organizações anarquistas que buscavam um posicionamento militante, combativo e revolucionário permitindo o acúmulo de debate para o surgimento da Construção Anarquista Brasileira entre os fins de 1995 e o início de 1996.

Inicialmente, a ideia era criar, no curto prazo (de 1996 a 2001) “*instâncias específicas do anarquismo como força política organizada*” e a concepção de “*construção*”, tinha como objetivo criação dos grupos orgânicos e organizações anarquistas sob princípios: a participação, livre acordo, apoio mútuo, autogestão, federalismo, internacionalismo, ação direta, autodefesa e posição classista. Do processo da “construção” nasce a FAG, no Rio Grande do Sul, em 1995, com a participação no ato fundacional da Juventude Libertária, o Grupo Ativista Libertário e o Coletivo Ação Libertária, e o que viria ser a *Organização Socialismo Libertário*, em 1997, com a participação grupos do Rio Grande do Sul, São Paulo, Pará e Rio de Janeiro e individualidades da Bahia, do Mato Grosso, de Goiás e do Distrito Federal, que abertamente defendem as concepções de anarquismo da FAU.

A OSL, vai existir de 1997 a 2000, é o primeiro fruto da construção, realizando congressos, conselhos, formação política, discussões orgânicas – e externos, de trabalho social – que incluíram: trabalhos comunitários, estudantis, reciclagem e catação de material reciclável, lutas por terra, por teto e participação em cooperativas. Durante esse processo, a organização anarquistas especificistas constroem grupamentos de tendência, a Resistência Popular (RP).

A RP no período de 1999 e 2002, com atuação no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Pará e ter alguma atuação no Mato Grosso e em Goiás vai ser o *principal esforço militante dos anarquistas especificistas brasileiros, quando as organizações anarquistas receberam menos atenção e o foco foi completamente direcionado à mobilização popular e ao trabalho de base (FARJ,OASL, 2012)*

Sobre o processo da OSL como organização nacional, a FAG (2015) avalia, como um processo precipitado, *as experiências federativas regionais não puderam se construir sob bases sólidas, a estrutura era desproporcional a capacidade militante que reunia, mas refletia um bom nível de acordos prévios (...) em teoria, tática, para a prática política (FAG, 2015, p15),* na palavras da OASL e FARJ (2012), “casa” tinha começado a ser construída “pelo telhado”, era necessário o agenciamento de mais militantes capazes de levar a diante a construção de um partido/organização anarquista de amplitude nacional, dessa autocrítica e dos debates, nasce o Fórum do Anarquismo Organizado (FAO), em 2002.

O FAO se constituiu com base na “necessidade de construir uma Organização/Partido anarquista de abrangência nacional” em dois consensos das organizações anarquistas participantes a organização e inserção social, o objetivo: *se afastar anarquistas individualistas, anti-organizacionistas e contrários aos trabalhos nos movimentos populares, e iniciar um diálogo mais franco com aqueles que viam a necessidade de se articular politicamente para um trabalho social de relevância (OSL, FARJ, 2012)*

Entre os anos de 2002 e 2012, no plano político o anarquismo especificista ampliou o numero de organizações e o contato orgânico entre as organizações já existentes, no que diz respeito a inserção social aprofundou seu trabalho de militância com a tendencia comunitária, estudantil e sindical. Internamente, os maiores entraves dos primeiros anos da FAO foi iniciadas em 2003, havia as duas correntes especificistas que se desenvolviam paralelamente, uma composta pelas organizações que compõem a FAO, e outra da FARJ e as organizações que surgiram com seu apoio e influência.

Em 2011, será um ano em que a FAO agitará atividades de formação com jornadas e ciclos de formação, ao mesmo tempo, trabalha até 2012, nas formulações organizativas, táticas e estratégicas para construção da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), fundada em 2012, atualmente composta por onze organizações, o Coletivo Bandeira Negra (SC), Coletivo Luta de Classes (PR), Federação Anarquista Gaucha (RS) Organização Anarquista Socialista Libertária (SP), Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), Coletivo Mineiro Popular Anarquista (MG) o Fórum Anarquista Especificista (BA), Federação Anarquista Palmares (AL), Organização Resistência Libertária (CE), Rusga Libertária (MT) e a Federação Anarquista Cabocla (PA).

A CAB mantém elementos discursivos da FAU na avaliação que o anarquismo precisa fortalecer sua capilaridade em relação as classes subalternas e que a atuação anarquista nas classes populares tem um potencial revolucionário reduzido quanto há desarticulação nas organizações anarquistas entre as esferas política e de inserção social, teórica e estratégica, e etc. “o calcanhar de aquiles do anarquismo”.

A geral da CAB, mantém, também da FAU, o dualismo organizacional, seus militantes agem *como minoria ativa, diferindo-se esta da vanguarda autoritária por não se considerar superior às organizações do nível social*. O anarquismo é definida ideologia “*um sistema de ideias, motivações e aspirações que possuem necessariamente uma conexão com a ação no sentido de transformação social, a prática política*”.

Sobre a concepção de poder os especificistas esclarecem, o poder não é sinônimo de dominação, a dominação “*é uma relação de poder hierárquica que pode se institucionalizar com uns decidindo aquilo que diz respeito a outros e/ou a todos*”, fundamento básico da dominação de classe, ainda que não se possa a reduzir só a dominação de classe. O anarquismo, *nesse sentido, é contra um tipo de poder caracterizado pela dominação que, infelizmente, caracteriza o modelo de poder hegemônico no capitalismo (CAB, 2012c)*.

No mesmo sentido o Poder popular para a CAB, ao mesmo tempo é um objetivo e uma estratégia (...) *aproxima nosso ideal libertário de um projeto de poder (...) e não possui relação com as concepções vigentes de “tomada do poder” a partir das instituições de dominação, como no caso do Estado, seja de maneira revolucionária ou reformista(CAB, 2012c)*.

Não começou em Seattle e não vai acabar tão cedo... resistir para existir.

O processo da “Construção” a CAB, a dupla tarefa da constituição da organização/partido e de inserção nas lutas das classes populares, se desdobra em uma conjuntura de ações coletivas protagonizadas por organizações autonomistas ganham visibilidade, com as campanhas contra o Acordo de Livre Comércio das Américas e políticas neoliberais e protestos contra reuniões do capitalismo global e corporações e depois com o Movimento Passe Livre.

Os autonomistas no Brasil são sujeitos organizados em coletivos, movimentos em rede e grupos de afinidade que possuem afinidades com o anarquismo, com o neozapatismo, marxismo heterodoxo e outras expressões da política radical, com uma predileção da ação direta e retomada das ruas, com uma grande capilaridade com os novos meios de comunicação e informação como parte da sua organização e ativismo, de forma geral, associam-se a Ação Global dos Povos contra o capitalismo, e as diversas formas ao qual o

antiautoritarismo se manifestava no mundo globalizado em relação as pessoas, aos animais e ao planeta.

Os coletivos e movimentos autônomos diferenciam-se entre si em relação inserção social, compartilham tendências e organizações anarquistas as críticas reformismo da social democracia e burocracias sindicais, partidárias e ONGs, e na maioria das vezes, orientam-se pela radicalização das pautas da esquerda, algo que entre outras coisas, vai implicar em diferentes tipos de aproximações com os movimentos populares por terra e moradia, e na constituição de lutas aos quais são os principais sujeitos, como é caso do MPL.

Em 2005, há um deslocamento da militância autônoma das pautas relativas ao neoliberalismo e acordos de livre comércio para as lutas locais, não apenas porque o ALCA estava enterrada nesse período, mas também, por serem eram espaços onde a militância autônoma podia agir sobre demandas que lhe eram palpáveis no cotidiano. Conforme Santos (2010) os protestos pela redução das tarifas como as Revoltas da Catraca, as experiências de ocupação urbana e rural de movimentos como Movimentos de Trabalhadores Desempregados (MTD) e MST, proporcionou aos jovens que haviam ingressado na militância na época do movimento antiglobalização laços e trocas de solidariedades mútuas aos quais vão ser fundamentais para continuidade da sua participação e subjetividade política na fase adulta.

Embora nem tudo foi tão simples, era comum a negar em definir-se como militante e assumir o anarquismo como uma identidade baseada na negação da militância organizada em partidos políticos, sindicatos e mesmo do anarquismo associado a “velha escola”. Muito embora, a síntese entre o anarquismo e as subcultura e contraculturas desde os anos 1960 não seja uma novidade, o individualismo e o purismo que essas experiências carregam geraram problemas nos movimentos autônomos.

O purismo e individualismo somam-se a relações autoritárias de poder estabelecidas por meio de grupos de afinidade interferindo diretamente nos processos de decisão das organizações nas organizações autônomas (uma verdadeira tirania da falta de estrutura); as divergências a partir de acusações de autoritarismo de militantes mais engajados reconhecidos como lideranças” implicou em descontinuidade do trabalho de organizações, quando não a sua desarticulação, quando esses militantes deixavam as organizações e/ou movimento, muitas vezes tais rugas foram amplificadas em certa medida pelas tecnologias de comunicação (lista de e-mails, chats, e etc) utilizados para nas atividades das organizações e entre organizações da mesma rede.

E ainda, em especial, naqueles setores que desenvolviam trabalhos focados no ativismo tecnológico, cultural e de mídia alternativa, os processos de institucionalização de

parte da militância autonomista acontece por meio da inserção dos mesmos via projetos e organizações da economia da cultura, inicialmente, durante o primeiro governo Lula, por meio de políticas públicas próxima das propostas do movimento de cultura livre e nos anos posteriores, cada vez mais restrita ao ditames do modelo da indústria criativa.

Emerge nesse cenário ainda novos coletivos que se dizem autônomos, mas que funcionam e mesclam o modelo de negócio da web 2.0, empreendedorismo e relações fisiológicas com o governo, como o caso da Rede Fora do Eixo, que não apenas disputam os espaços como as universidades em busca de colaboradores, como também, as pautas dos movimentos autônomos esvaziando-as de um conteúdo de radicalidade.

No contexto mais geral da relação entre lutas populares e Estado, em uma análise conjuntural do período histórico aprovada no I congresso da Coordenação Anarquista Brasileira, realizado nos dias 8, 9 e 10 de junho de 2012, no Rio de Janeiro, a CAB afirma que o movimento sindical encontrasse fragmentado, os grupos dirigentes assinaram um pacto governista como um *“poder corporativo, co-gestor de fundos públicos, políticas desenvolvimentistas e instâncias de colaboração de classes”* e frente a isso as oposições de esquerda costumam a se reorganizar para que possa *enfrentá-la por meio de estruturas de participação massivas e independência de classe (...)* (CAB, 2012b)

Apesar de *um novo boom da atividade reivindicatória e grevista (...)* nos últimos oito anos, se referindo as greves categorias o funcionalismo público, magistério e trabalhadores da construção civil, o crescimento veio atrelado *a uma grande onda de cooptação de lideranças, que passaram a exercer cargos e a frequentar gabinetes (...)* e *a criminalização das mobilizações dessas categorias e a restrições aos direitos de greve*. Mesmo sindicalismo combativo, pouco a pouco, *foi se moldando à lógica das mesas de negociações, cada vez mais burocratizadas e surdas ao clamor dos trabalhadores das bases* (CAB, 2012b).

Sobre a conjuntura do campo e da cidade é ainda mais complexa, a falta de investimentos na agricultura familiar e nos assentamentos, fechamento de escolas rurais, a diminuição das demarcações de terra para reforma agrária e de povos tradicionais, acompanha o massivo investimento no agronegócio, em barragens e hidroelétricas em grande medida para beneficiar empresas financiadoras das campanhas eleitorais e os o processo de reformas urbanas ganha contornos de processo de higienização social atendendo as demandas dos megaeventos esportivos e seus patrocinadores corporativos(CAB, 2012b).

Sinteticamente, conforme a CAB:

(...) as lutas das classes oprimidas dos projeto socialista passam por momentos de refluxo, a ações reorganizações e ações dos setores classistas e combativos não chegam formar um conjunto de elementos ideológicos e programáticos que se coloque como antagonismo forte ao sistema (...)

setores dos *movimento populares, das organizações e sindicatos embarcou nas velhas promessas do crescimento econômico e vêm se curvando às idéias do neodesenvolvimentismo (CAB, 2012b).*

Em 2013, nos dias 25, 26 e 27 de Janeiro em Viamão(RS), ocorre o X Encontro Latino Americano de Organizações Populares Autônomas (ELAOPA), organizações, coletivos, agrupações ou setores de movimentos sociais do Brasil, Argentina e Uruguai, entre elas, os coletivos que compõem a CAB, os coletivos da Resistência Popular, da Federação Anarquista de Rosário (Argentina), que debateu temas variados, (Educação/Estudantil; Sindical; Terra e Meio Ambiente; Direitos Humanos; Gênero, etnia e sexualidade; Comunicação; Muralismo e Comunitário), correlacionados com o objetivo do encontro de integrar as lutas no continente construindo assim estratégias em comum para confrontar ao plano Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana³.

A primeira prova de fogo para a CAB, após a sua fundação e do ELAOPA, foram as jornadas de junho de 2013, desencadeadas pelo MPL nas manifestações contra o aumento das tarifas de transporte coletivo ganhando a adesão de milhares de pessoas, no primeiro momento do precariado urbano, e depois, também das classes médias tradicionais, e de setores conservadores agenciados pelos meios de comunicação de massa.

Em um comunicado em junho de 2013, *Protesto não é crime. Basta de criminalização dos movimentos sociais!*, a CAB reforça a necessidade das organizações de baixo com autonomia em relação ao Estado e as burocracias sindicais e partidárias, mais do que isso, chamam a atenção para a necessidade de cercar de solidariedade a militância camponesas e indígenas, das comunidades atingidas pelos despejos forçados para as obras dos megaeventos esportivos e dos/das que lutam contra a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), causas *da implementação de muitas das atuais políticas públicas urbanas, energéticas e rurais, que manifestam-se na forma (...) no aprofundando ainda mais as feridas destes 500 anos de massacres! (CAB, 2013b).*

A estratégia das organizações da CAB, em 2013, foi atuar nas iniciativas de organização autônoma como o bloco de luta de Porto Alegre e junto aos protestos organizados pelos coletivos do Movimento Passe Livre nas cidades, os resultados mais imediatos das manifestações foi a redução dos aumentos das tarifas e os cinco pactos nacionais não cumpridos pelo governo Dilma Rousseff, já enfraquecido pelos sucessivos escândalos de corrupção tendo o PT como vidraça.

³Processo multissetorial que pretende desenvolver e integrar as áreas de transporte, energia e telecomunicações da América do Sul, em dez anos, defendido pelos governos da região e pouco debatido pelas esquerdas sindicais e partidárias, como foi o caso do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) nos anos 2000.

Em 2014, os protestos contra as consequências das obras dos eventos esportivos que agenciaram setores dos movimentos populares como o MTST, comunitários e da universidade reunidos nos Comitês Populares da Copa, são duramente reprimidos, e as lideranças sindicais e estudantis ligadas a CUT e a UNE, somaram-se ao “coro dos contentes” dos meios de comunicação e corporações para garantir o bom andamento dos megaeventos esportivos.

Para a FAG (2015) após o ciclo de protestos iniciados em 2013, uma mistura explosiva de aumento de custo de vida, escândalos de corrupção e ajustes fiscais que cortam os serviços públicos e os direitos dos trabalhadores soma-se uma cena pública caracterizada por um *um discurso polarizador que seleciona e narra os acontecimentos conforme uma lógica binária que exclui o desejo e os interesses das maiorias* (FAG, 2015, p 63).

A polarização culminou com o agenciamento massivo das classes médias nas manifestações “Fora Dilma!”, a conquista do governo pela oposição liberal/conservadora por meio do golpe parlamentar e a instalação do governo Michel Temer, blindado pelo poder judiciário e sem apoio popular, que encontra na polarização a conjuntura perfeita para radicalizar ainda os ajustes fiscais e aprovar as reformas trabalhista e do ensino médio, escritas pelas mãos das associações e fundações da indústria, do agronegócio e do capital financeiro.

Em relação às organizações anarquistas especificistas, o período após o ciclo das jornadas de junho sua posição foi de manter-se organizadas junto aos movimentos sociais e autônomos, defendendo as pautas trabalhistas contra as reformas trabalhista e da previdência, manter a continuidade das atividades voltadas para inserção social nos movimentos sociais e denunciar os sucessivos ataques do Estado, como o caso da invasão da Escola Florestan Fernandes, a brutalidade policial do governador Beto Richa ao professorado em greve, e com ciclos e eventos variados de formação política. Além de participar nos Comitês de Solidariedade à Resistência Popular Curda e campanhas internacionais de solidariedade a vítimas do Estado como o anarquista argentino Santiago Maldonado.

Conclusões preliminares

O especificismo anarquista no Brasil, como ideologia se desenvolve a partir de uma necessidade de práxis anarquista que amplie sua influência sobre as classes subalternas e suas organizações reelaborando uma leitura sobre o poder. Nesse sentido, em relação aos movimentos autônomos se pode dizer que o anarquismo especificista no Brasil se constitui como uma ideologia com bases semelhantes sobre a relação poder/dominação, mas que se diferem, nas concepções estratégicas a longo prazo e médio quanto aos limites da ação política sem ruptura.

Em relação aos grupos de afinidade e individualidades que tem no anarquismo uma identidade política baseada na negação da organização e militância organizada, o anarquismo especificista antagoniza de tal forma, que não os reconhece como anarquistas, no máximo, expressões do individualismo, presentes na contracultura e subculturas juvenis,

No entanto, em um cenário mais amplo, o poder popular pode ser compreendido como um projeto em aberto de transformação social orientado pelos princípios de combate à dominação nas esferas da economia, política e cultura em prol da autogestão generalizada em uma sociedade futura e uma leitura estratégica sobre o poder se busca orientar inserção social e política nos movimentos sociais e autônomos com o objetivo de potencializá-los como força social, não só diferenciando de outras correntes antiautoritárias, como também, dos seus adversários no campo da esquerda, algo que implica, entre outras coisas, buscar agenciar a participação direta das classes subalternas para desburocratizar as organizações de trabalhadores cooptadas pelos partidos de esquerda e pelo Estado e desestabilizar a concepção de participação restrita a esfera institucional.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRCHI, Paul. Los Anarquistas Russos. Alianza Editorial. Madrid. 1974.

BERTHIER, René; VILAIN, Eric. Bakunin Fazia Política? Marxismo e Anarquismo. São Paulo: Imaginário, 2011.

COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA. Indicações para uma Caracterização do Período Histórico Brasileiro. Junho. 2012. <http://www.anarkismo.net/article/23092>

_____ Protesto não é crime! Basta de criminalização aos movimentos sociais! Disponível em:

<https://www.cabn.libertar.org/cab-protesto-nao-e-crime-basta-de-criminalizacao-aos-movimentos-sociais/>.

_____ Nossa Concepção de Poder Popular. Junho de 2012. Disponível: <http://www.anarkismo.net/article/23022>.

FEDERAÇÃO ANARQUISTA GAÚCHA. 20 anos. Editora Deriva. Porto Alegre. 2015.

IBÁÑEZ, Tomás. Anarquismo é Movimento. Anarquismo, Neoanarquismo e Pós-anarquismo. Ed. Imaginário. São Paulo. 2015.

MALATESTA, Errico. Escritos Revolucionários. Hedra. São Paulo 2007.

LIBERATO, L. V. M. Expressões contemporâneas de rebeldia: poder e fazer da

juventude autonomista. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2006.

SCOTT, James. Elogio del Anarquismo. Critica. Barcelona 2013.

RUGAI, Ricardo Ramos. Um partido anarquista. O anarquismo Uruguia e a Trajetória da FAU.

SCHMIDT Michael. Cartography of Revolutionary Anarchism, Oakland: AK Press, 2013.

SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism. Oakland: AK Press, 2009.

ORGANIZAÇÃO ANARQUISTA SOCIALISMO LIBERTÁRIO / FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO. Elementos Para uma Reconstituição Histórica de Nossa Corrente. Junho de 2012. Disponível <http://www.anarkismo.net/article/23068>.

TARROW, S. O poder em movimento. Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Editora. Vozes, 2009.